

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT  
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD  
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV  
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

## SUMÁRIO

- 1 – ATA**
  - 1.1 – 2ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
- 2 – ORDEM DO DIA**
  - 2.1 – Plenário
- 3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



**ATA**

## ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 7/2/2023

### Presidência da Deputada Leninha

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 1 a 4/2023; Requerimentos nºs 1, 22, 86, 116, 117 e 120 a 124/2023 – Comunicações: Comunicações dos membros das Federações FE Brasil e Psol Rede – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Oscar Teixeira, Leleco Pimentel e Adriano Alvarenga e das deputadas Lohanna, Lud Falcão e Macaé Evaristo – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimentos nºs 1 e 86/2023; deferimento – Encerramento – Ordem do Dia.

### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Martins Leite – Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Antonio Carlos Arantes – João Vítor Xavier – Adriano Alvarenga – Alê Portela – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler – Caporezzo – Carlos Henrique – Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Dr. Maurício – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Fábio Avelar – Gil Pereira – Grego da Fundação – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Leleco Pimentel – Leonídio Bouças – Lohanna – Lucas Lasmar – Lud Falcão – Luizinho – Macaé Evaristo – Maria Clara Marra – Mário Henrique Caixa – Marli Ribeiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Oscar Teixeira – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vitório Júnior – Zé Guilherme – Zé Laviola.

### Abertura

A presidente (deputada Leninha) – Às 14h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

**1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****Ata**

– A deputada Lohanna, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

**Correspondência**

– O deputado Doutor Jean Freire, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

**OFÍCIOS**

Do Sr. Túlio Fernandes Tiago Valadão Borges, técnico do Ministério Público do Trabalho, solicitando o encaminhamento do *link* com o inteiro teor da 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 3/8/2023. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.816/2022.)

Do Sr. Jarbas Soares Júnior, procurador-geral de justiça, comunicando a instauração do Processo Administrativo MPMG 0024.22.011282-5 e solicitando a apreciação facultativa de informações acerca da recomendação da Coordenadoria de Controle de Constitucionalidade referente a eventual constitucionalidade da Lei nº 23.049, de 2018. (– À Mesa da Assembleia.)

Do Sr. Luiz Carlos de Azevedo Correa Junior, corregedor-geral de justiça, encaminhando cópia da Manifestação Genot – Assessoria 11735749 e da Decisão nº 1.460/2023 (122821116), para ciência do julgador, e solicitando a atualização, no portal desta Casa, dos textos das Leis nºs 15.424, de 2004, e 23.174, de 2018, tendo em vista a inconstitucionalidade declarada na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.19.093489-3/000. (– À Mesa da Assembleia.)

Do Sr. Bruno Caetano Pinto, diretor de Orçamento e Finanças do Ministério do Desenvolvimento Regional, informando a liberação de recursos financeiros em favor do Estado, referentes ao Cronograma de Desembolso do Convênio/Cadastro Siafi/nº 1AALGS. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Paulo Sérgio Lacerda Beirão, presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig –, encaminhando o relatório de prestação de contas referente ao terceiro trimestre de 2022. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Paulo Sérgio Lacerda Beirão, presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig –, encaminhando o relatório de prestação de contas referente ao quarto trimestre de 2022. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Cel. BM Edgard Estevo da Silva, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 12.859/2022, da deputada Sheila e dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite. (– À Comissão de Segurança Pública. Anexe-se cópia ao Requerimento nº 11.603/2022.)

Do Sr. Davi Laurence Prezoto Gomes, coordenador regional de Apoio Logístico da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT –, esclarecendo que o Ofício nº 2.017/2022/SGM, recebido pela ANTT, deverá ser encaminhado à Agência Nacional de Mineração – ANM. (– Anexe-se ao Requerimento nº 12.351/2022.)

Do Sr. Ederson Alves da Silva Lourdes Aparecida Machado, presidente do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais – Cesmg –, encaminhando as Resoluções CES-MG nºs 101,102 e 103/2022, que reprovam os Relatórios Anuais de Gestão de 2019, 2020 e 2021, bem como os pareceres da Câmara Técnica de Orçamento e Financiamento do Cesmg. (– À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, solicitando os nomes dos parlamentares responsáveis pela gestão das emendas impositivas de seu respectivo bloco ou bancada, bem como a relação das emendas a serem suplementadas pelos parlamentares e blocos e seus respectivos valores, em virtude de o valor da Receita Corrente Líquida realizada no exercício de 2022 ter sido superior ao valor previsto na Lei Orçamentária Anual de 2023. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Eloi Angelo Palma Filho, diretor substituto de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit –, encaminhando cópia da publicação do Termo de Doação nº 3/2023/Copaf/CGPF/DIF/Dnit Sede, firmado entre o Dnit e o Instituto Cultural de Artigos e Carros de Época. (– Às Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.406/2022, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Companhia Energética de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.544/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.565/2022, das Comissões de Cultura e de Desenvolvimento Econômico e da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.322/2022, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.993/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.976/2022, do deputado Coronel Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

## **2ª Fase (Grande Expediente)**

### **Apresentação de Proposições**

A presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

### **PROJETO DE LEI Nº 1/2023**

Dispõe sobre a transparência, por meio da publicação da internet, do quantitativo dos pacientes que aguardam por consultas, exames, intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde e de instituições prestadores de serviços públicos de saúde no âmbito do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O Sistema Único de Saúde – SUS – do Estado de Minas Gerais, compreendidos Estado e Municípios, deve dar transparência, por meio da publicação atualizada em sites oficiais, do quantitativo dos pacientes que aguardam por consultas discriminadas por especialidade, exames, intervenções cirúrgicas e quaisquer outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública e de instituições privadas prestadores de serviços de saúde.

Art. 2º – A divulgação das informações de que trata esta Lei deve observar o direito à privacidade do paciente e demais ditames da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

Parágrafo único – O paciente deverá ser identificado mediante as iniciais do nome e número do Cartão Nacional de Saúde – CNS –, acompanhados do código do nome do procedimento solicitado, conforme classificação da Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde – Renases.

Art. 3º – O quantitativo dos pacientes de que trata esta Lei deve ser disponibilizado e atualizado mensalmente pelo Estado de Minas Gerais, pelos Municípios e Consórcios de Saúde, em seus respectivos sites oficiais, salvo nos procedimentos emergenciais, reconhecidos como tal.

Art. 4º – O quantitativo deve conter:

I – a data de solicitação da consulta, discriminada por especialidade, do exame, da intervenção cirúrgica ou de outros procedimentos;

II – a posição momentânea que o paciente ocupa na lista, ressalvados os critérios de agudização dos casos;

III – as iniciais dos nomes e número do Cartão Nacional de Saúde – CNS – dos inscritos para a respectiva consulta, exame, intervenção cirúrgica ou outros procedimentos;

IV – a relação dos pacientes já atendidos, mediante iniciais dos nomes e número do Cartão Nacional de Saúde – CNS.

Parágrafo único – Os critérios de agudização de que trata o inciso II deste artigo serão dispostos em Resolução da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 5º – Faculta à Administração Pública Estadual a criação de serviço gratuito para consulta telefônica à lista de que trata esta Lei ou aplicativo que funcione sem o consumo de internet do aparelho celular.

Art. 6º – As unidades de saúde afixarão em local visível as principais informações desta Lei.

Art. 7º – O Poder Executivo poderá regulamentar esta lei.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 2 de fevereiro de 2023.

Dr. Maurício (Novo)

**Justificação:** Instituir mecanismo de transparência à fila de espera do Sistema Único de Saúde – SUS – no Estado do Minas Gerais é também uma forma de ampliar a garantia do direito de acesso à política pública por parte da população e de contribuir para o aumento do controle social nessa área, permitindo informar com agilidade a quantidade de vagas e o tempo de espera previsto para o atendimento na saúde pública do Estado. A medida visa, inclusive, diminuir mais um sofrimento entre os usuários que buscam a rede pública de saúde.

A disponibilização de modo on-line das informações pertinentes à demanda por atendimentos de saúde irá fortalecer a conscientização sobre a responsabilização das autoridades sanitárias e dos critérios técnicos e profissionais adotados na definição das prioridades para a colocação em fila de espera.

Essa iniciativa também possibilitará a identificação dos gargalos e as dificuldades de atendimentos existentes na rede pública estadual de saúde, contribuindo na efetivação de melhorias no gerenciamento do SUS. Será possível, por meio da transparência embutida nesta ação, identificar tanto os problemas de equidade no acesso ao direito quanto de gestão e distribuição dos serviços de atendimento.

Outro benefício será o de fomentar uma maior conscientização popular e a educação acerca do acesso à saúde, vez que a informação transparente facilitará a formação de conselheiros, de lideranças populares, de gestores e dos próprios usuários do SUS.

A população mineira tem o direito de saber o tamanho das filas de espera na rede pública de saúde, o tempo de espera previsto para atendimento e os critérios técnicos de alterações na fila, adotados – entre outros fatores – com base na avaliação de urgência e na gravidade dos casos.

A medida em tela confere mais transparência ao serviço público, sendo sinônimo de respeito ao povo mineiro e um compromisso que reforça a garantia do direito da população à saúde integral.

Conto com apoio dos nobres pares da Assembleia Legislativa de Minas Gerais para a aprovação do projeto em tela, que em muito beneficiará a população mineira.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Doutor Jean Freire. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.833/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 2/2023

Institui a Delegacia de Proteção Animal – DPA.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a Delegacia de Proteção Animal – DPA – no Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único – A Delegacia de Proteção Animal será vinculada à Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais.

Art. 2º – À Delegacia de Proteção Animal compete registrar boletim de ocorrência, instaurar inquérito, bem como adotar procedimentos necessários à defesa animal, especialmente contra abusos, violências, maus tratos, crimes, venda ilegal, exposição indevida e outras condutas cruéis em quaisquer espécies de animais, sejam selvagens-silvestres, domésticos ou exóticos, objetivando à sua efetiva proteção.

Parágrafo único – A tipificação prevista no *caput* deste artigo não é taxativa quanto ao campo de atuação específico da DPA.

Art. 3º – A Delegacia de Proteção Animal disponibilizará clínicos veterinários para prestação de primeiros atendimentos aos animais vitimados.

Parágrafo único – Quanto à efetividade do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Público poderá firmar convênios com pessoas jurídicas, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 4º – As despesas decorrentes de execução desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementadas, se necessário.

Art. 5º – O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de cento e oitenta dias a contar da data de publicação.

Art. 6º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 2 de fevereiro de 2023.

Doutor Jean Freire (PT).

**Justificação:** Nos termos da propositura, a Delegacia de Proteção Animal DPA – atuará em casos de violência contra animais, tais como abandonos, espancamento, mutilações, envenenamento, acorrentamento, transporte indevido e maus tratos.

É incontroversa a necessidade de se criarem instrumentos públicos para a proteção dos animais, vez que é público e notório que eles são comumente submetidos a tratamentos cruéis. Nesse sentido, a presente proposição institui a Delegacia de Proteção Animal, visando à disponibilização de mecanismos para realização de denúncias contra violências cometidas contra animais.

Além disso, a DPA contará com toda estrutura necessária para que o usuário tenha acesso aos seus serviços.

Diante da importância do contexto mencionado, esperamos poder estimular as denúncias contra maus tratos e crimes contra animais, e, assim, solicito dos meus pares a aprovação da presente matéria.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Noraldino Júnior. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.306/2016, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 3/2023

Cria o Plantão Digital da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – Plantão Digital da PCMG – e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica criado o Plantão Digital da Polícia Civil de Minas Gerais – Plantão Digital da PCMG.

§ 1º – O Plantão Digital da PCMG destina-se ao recebimento e registro de infrações penais ocorridas nos municípios mencionados em ato do chefe da Polícia Civil.

§ 2º – O plantão de que trata o § 1º funcionará ininterruptamente, durante vinte e quatro horas por dia.

Art. 2º – O plantão digital, por videoconferência, é caracterizado pela presença de policial civil em dois ambientes territoriais distintos, sendo um no plantão da delegacia de polícia do local da ocorrência do fato e outro no local de funcionamento da Deplan Digital.

§ 1º – O plantão da delegacia de polícia do local da ocorrência do fato é o destinado ao recebimento de condutores, vítimas, testemunhas, registros de eventos de defesa social, pessoas, objetos e valores apreendidos.

§ 2º – O local de funcionamento da Deplan Digital, onde atua o delegado de polícia, é voltado à ordenação jurídica e à formalização de atos e termos de polícia judiciária.

Art. 3º – O atendimento no Plantão Digital deverá observar o seguinte procedimento:

§ 1º – Em caso de ocorrência de infração penal ou ato infracional análogo, será lavrado o devido Registro de Evento de Defesa Social – Reds – e os condutores se deslocarão com os conduzidos, as vítimas e as testemunhas para a delegacia de polícia mais próxima do local do fato no qual esteja instalado o Plantão Digital.

§ 2º – O delegado de polícia ouvirá, mediante videoconferência, os condutores, as vítimas, as testemunhas e os conduzidos, que estarão na delegacia de polícia do local da ocorrência do fato, na presença de policial civil, ocasião em que serão formalizados os atos e termos de polícia judiciária.

§ 3º – Lavrado o Auto de Prisão em Flagrante Delito, os atos e termos a que se refere o § 2º serão presididos e assinados eletronicamente pelo delegado de polícia, e a nota de culpa entregue ao conduzido, observadas as disposições do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, aplicáveis ao procedimento.

§ 4º – Nos casos de infração penal de menor potencial ofensivo, o delegado de polícia lavrará o Termo Circunstanciado de Ocorrência, que será assinado eletronicamente, e entregue ao conduzido, para as providências previstas na Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

§ 5º – Nos casos que envolvam crianças e adolescentes, o delegado de polícia adotará as providências previstas na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 4º – Os autos de prisão em flagrante delito, os termos circunstanciados de ocorrência e os autos de apreensão envolvendo adolescente pela prática de ato infracional análogo a crime lavrados no Plantão Digital da PCMG serão encaminhados à delegacia de polícia responsável pelo prosseguimento das investigações.

Art. 5º – O Plantão Digital da PCMG disporá de pessoal, equipamentos e espaços físicos necessários para o atendimento da demanda, observadas as seguintes diretrizes:

I – previsão de critérios técnicos e estatísticos para definição do atendimento do Plantão Digital;

II – utilização de tecnologias audiovisuais e digitais compatíveis e com critérios técnicos que assegurem atendimento eficaz;

III – previsão de jornada extraordinária de trabalho dos servidores do Plantão Digital, caso seja necessário, mediante contraprestação pecuniária a ser paga no mês subsequente, observado o disposto no art. 12 da Lei nº 10.745 de 25/5/1992;

IV – previsão de critérios técnico-operacionais para definição da necessidade de deslocamento dos servidores às unidades de atendimento do plantão digital, observado o pagamento de diárias nos termos da legislação estadual.

Art. 6º – Os custos com a instalação do Plantão Digital da PCMG correrão às expensas das dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 1º de fevereiro de 2023.

Arlen Santiago (Avante)

**Justificação:** O objetivo desta proposta é dispor sobre o Plantão Digital no âmbito da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, de forma a permitir o recebimento remoto de ocorrência policiais, a realização de videoconferência para tomada de depoimento de condutores, testemunhas e suspeitos e para a lavratura de autos de prisão em flagrante nos municípios que não contem com delegados de polícia nem com delegacias que funcionem em regime de plantão.

A utilização de videoconferência nesses casos tornará mais eficiente e célere o trabalho, tanto da Polícia Civil, que receberá a ocorrência, quanto da Polícia Militar, que não necessitará se deslocar por grandes distâncias para finalizar as ocorrências.

Além disso, a proposta, caso venha a ser aprovada, contribuirá para minimizar os problemas causadas pelo déficit de servidores na PCMG, haja vista que permitirá que um delegado de polícia que esteja em Belo Horizonte proceda à oitiva de uma pessoa localizada a centenas de quilômetros de distância.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

## PROJETO DE LEI Nº 4/2023

Institui o Dia Estadual do Fonoaudiólogo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Dia Estadual do Fonoaudiólogo, a ser comemorado anualmente no dia 9 de dezembro.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 31 de janeiro de 2023.

Grego da Fundação (PMN)

**Justificação:** A origem do Dia do Fonoaudiólogo está ligada ao reconhecimento da profissão de fonoaudiólogo, ocorrida no Brasil em 9 de dezembro de 1981, através do decreto lei nº 6.965, que também criou o conselho federal e os conselhos regionais de fonoaudiologia. A data celebra os profissionais responsáveis pelo cuidado, estudo e prevenção de todas as doenças e distúrbios da linguagem humana, através da audição, fala e escrita. Os fonoaudiólogos também ajudam a treinar e aperfeiçoar a voz humana, sendo bastante procurados por pessoas da área da comunicação, artistas, locutores e demais pessoas que desejam ter uma boa dicção.

Justifica-se a apresentação deste projeto para que o dia em tela figure oficialmente no calendário estadual das datas comemorativas.

– Publicado, vai o projeto à Comissão de Justiça e de Saúde para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### REQUERIMENTOS

Nº 1/2023, do deputado Celinho Antrocele, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.335/2018, do deputado Léo Portela.

Nº 22/2023, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Procuradoria-Geral do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que seja averiguada a regularidade do contrato de alimentação de quotas, celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codema – e a Companhia Brasileira de Lítio – CBL. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 86/2023, da deputada Alê Portela, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 713/2019, do deputado Léo Portela.

Nº 116/2023, do deputado Peleco Pimentel, em que requer a inserção, nos anais da Casa, de seu pronunciamento no ato de posse da 20ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 117/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao secretário-geral do Estado e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações relativas às nomeações, nos últimos cinco anos, para os cargos de diretores-gerais das seguintes agências do Estado, autarquias especiais, que integram a estrutura administrativa do Estado: Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG –, Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – ARMBH –, e Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço – ARMVA –, acompanhadas de cópia dos instrumentos normativos que fundamentam as nomeações acima citadas, dos instrumentos de nomeação (decreto, portaria ou similar) e do processo de nomeação explicitando a substituição de cada diretor-geral, bem como as informações relativas às nomeações de seus substitutos interinos e efetivos, contendo o nome completo e o currículo de cada um. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 120/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que efetuaram a prisão do principal suspeito de uma sequência de furtos no Bairro Camargos, na região Oeste de Belo Horizonte. em 26/1/2023. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 121/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja informado a cada titular dos órgãos da administração pública direta do Estado, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado o teor do art. 1º da Lei nº 23.528, de 2/1/2020, que, além de estabelecer o prazo de 30 dias para que respondam, por escrito e com a devida fundamentação, a pedido formulado por esta Casa, é taxativo ao mencionar a autoridade responsável por citada providência, observando-se que, não raramente, as comissões recebem como resposta a ofícios e expedientes encaminhados aos referidos órgãos correspondência assinada por agentes públicos que não são os titulares, em inobservância da citada lei. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 122/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sgt. PM Eduardo, a Sd. PM Bruna, o Cb. PM Novais, o Sd. PM Viana e o Cb. PM Damasceno, que auxiliaram na realização de um parto em um carro no estacionamento da 9ª Aisp, em 17/1/2023. (– À Comissão de Segurança Pública.)



Nº 123/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que participaram da operação que resultou na apreensão de drogas, arma de fogo e quantia considerável em dinheiro, em Araxá, com grande destaque para a atuação da inteligência. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 124/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis de Minas Gerais que participaram da operação, em 17/1/2023, em Salinas, que resultou na prisão de um investigado por tentativa de feminicídio no Estado de São Paulo, em 2017. (– À Comissão de Segurança Pública.)

### Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações dos membros das Federações FE Brasil e Psol Rede.

### Oradores Inscritos

O deputado Oscar Teixeira – Boa tarde a todos. Quero aqui cumprimentar a nossa presidente deputada Leninha, cumprimentar os demais deputados. É uma honra participar deste Parlamento. Eu, Oscar Teixeira, filho de Mato Verde, tenho orgulho de aqui representar os mineiros e especialmente a nossa população da Serra Geral, Alto Rio Pardo, nosso Norte de Minas. Nesta legislatura tenho orgulho de ter como presidente e vice-presidente desta Casa também deputados norte-mineiros.

Queridos deputados, é com muito orgulho que eu, Oscar, deputado estadual, também recebo o deputado Enes, pelo PP, que agora compõe conosco a nossa bancada aqui, na Casa. Quero, é lógico, construir novos conhecimentos. Ainda quero, junto com vocês, aprender e contribuir para o cidadão mineiro.

Aproveito este momento para me apresentar: eu, Oscar Teixeira, filho de Mato Verde, tenho 48 anos, tenho orgulho de vir de familiares humildes: minha mãe, professora e meu pai, comerciante. Logo no início da minha vida estudantil, defini que precisava vencer na vida. E, para vencer na vida, eu teria que estudar. Nas escolhas que fiz, escolhi ser professor com muito orgulho. Sou formado em geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros, universidade que dá oportunidade no nosso Norte de Minas. Eu, Oscar, nas primeiras atividades comerciais, logo estudando e trabalhando, vendi fichas de telefone para ajudar no meu sustento. Ainda nessa oportunidade – meu pai como comerciante –, eu vendia relógio Champion de pulseiras coloridas, bem como vasilhas no Dia das Mães, para que eu também pudesse ter oportunidade de estudar com melhor qualidade em Montes Claros. Nessa luta toda, logo que ingressei na universidade estadual, fui professor em 10 escolas diferentes de Montes Claros.

Dei aulas, substituí professores de LGs, férias-prêmio, em todas as circunstâncias. Tenho muito orgulho de ter contribuído para a educação na cidade de Montes Claros. Logo em seguida, depois de formado, eu me dirigi a minha cidade natal, que é Mato Verde, mais ao extremo norte, há 210km de Montes Claros, onde assumi cargos de geografia nas escolas estaduais. Como visionário, empreendedor, algo que sempre pulsou dentro de mim, logo eu resolvi galgar o cargo de diretor da Escola Estadual Ione Silveira Mendes, escola em que tive a oportunidade de ser diretor por três mandatos. Na oportunidade, era uma escola considerada como o Carandiru, muito difícil. Nós a transformamos numa escola aconchegante, transformadora. E, assim, pude colocar em prática o que aprendi na docência e como acadêmico de geografia.

Queridos deputados, querido povo mineiro, com orgulho ainda, comecei a defender os interesses da minha cidade de Mato Verde e região e logo fui convidado pelo reitor da Unimontes para coordenar cursos emergenciais, cursos que aconteciam às sextas à noite e aos sábados durante o dia e que davam a oportunidade de interiorizar a formação de grandes e numerosos professores do extremo Norte. Assim, numa época em que a política de muitas cidades estava extremamente dividida, a gente galgou mais cursos para a cidade. A política antiga acabou impedindo a Unimontes de abrir novos cursos. Resolvi abrir a minha própria faculdade, que, neste mês, tenho orgulho de anunciar para vocês, para todos os mineiros, para todos os deputados, para todos que nos acompanham pela TV Assembleia, completa 20 anos de sucesso. Já formamos mais de 3.500 cidadãos mineiros que tiveram a oportunidade de ser efetivados, de ter seu trabalho, de ter uma oportunidade em sua cidade. Diferentemente, se não estivéssemos lá, nós teríamos

problemas, porque muitos de outras cidades viriam e pegariam os cargos, assumiriam os cargos que os nossos cidadãos norte-mineiros hoje estão assumindo.

Quero ainda falar com vocês que venho de uma política antiga, dentro da minha cidade e até em cidades vizinhas. Resolvi entrar para a polícia, resolvi me candidatar como prefeito da minha cidade, mas tudo depois de uma grande perseguição, como a maioria das cidades que são geridas por políticos da velha política. A minha cidade estava dividida entre liobas e gabirobas, e a gente se envergonhava, porque a perseguição atrapalhava o desenvolvimento da cidade.

Com a minha candidatura, em prol da nossa cidade e com o lema “Mato Verde, quem ama cuida”, nós conseguimos ter a maior votação histórica daquela cidade. Na nossa gestão, na primeira, em quatro anos, transformamos realidades. Na segunda, ainda já na reeleição, consegui os patamares de mais de 70% dos votos válidos, em meio à pandemia. Já encorajado e percebendo que o nosso extremo Norte precisava de alguém que pudesse defender mais a região, aceitei o convite de um grande líder político, o nosso amigo deputado Marcelo Aro. Ele me convidou a me filiar ao PP e a me candidatar a deputado estadual, para que eu pudesse representar a Serra Geral, o Alto Rio Pardo e o extremo Norte de Minas. Aceitei o desafio com muita coragem, porque eu teria que abrir mão do cargo de prefeito. Ao sair do cargo, foi uma despedida dolorosa.

Mas hoje, pela primeira vez aqui, falando para todos os mineiros, para os meus conterrâneos, eu me sinto encorajado a defendê-los, sobretudo nas pautas que escolhi, para que eu possa dividir com vocês os nossos anseios e assim a gente avançar.

Queridos amigos, eu, Oscar Teixeira, tenho uma história vasta, que eu passaria aqui contando para vocês do orgulho do vendedor de ficha hoje estar aqui, na frente de vocês; de ser hoje um empreendedor da educação, um empreendedor da rede de hotelaria instalada na minha região. Eu estou, de mãos abertas e com ouvidos à disposição, para a gente construir junto o que for melhor para o povo mineiro. E, ao escolher as pautas, é lógico que a educação, a saúde e a assistência social sempre serão prioridades em qualquer um dos mandatos, nós sabemos disso. O nosso povo do extremo norte ainda necessita de infraestrutura. Aqui, neste Parlamento, quero defender a possibilidade de a gente recapear a MG-122, uma BR que é uma espinha dorsal da região do extremo norte, que necessita urgentemente do entroncamento de Francisco Sá até a divisa da Bahia, que percorre quase ou mais de 200km; são 250km precisamente. Nós precisamos recapeá-la. Nós, norte-mineiros, não aguentamos mais percorrer essa MG-122 e vemos os tamanhos dos buracos, as dificuldades e os prejuízos que todos os nossos empresários, cidadãos, têm tido com a má conservação dessa MG-122. Já estive no DER, já estive na infra e já cobramos, e acredito que estarei aqui, na dianteira, na defesa de conseguirmos, através do Estado, recursos suficientes para esse recapeamento.

Queridos amigos, nós ainda somos de uma região que não está interligada para provocar o desenvolvimento econômico e social. Estamos na região do extremo norte, na região da Serra Geral, em que a conexão com o Alto Rio Pardo é toda por terra. São 34km que merecem ter o asfalto garantido. Aqui eu me reporto aos cidadãos de Rio Pardo de Minas, Santo Antônio do Retiro, Montezuma, Vargem Grande e de todas as cidades do entorno: será uma defesa minha que a gente possa ter esses 34km pavimentados. Na sequência, para a gente ainda ligar ao Vale do Jequitinhonha e sermos interligados à 251, nós também temos a LMG-635, que é importante; mas a de Curral de Dentro, com 18km, também nós precisamos pavimentar.

Queridos amigos, são inúmeras batalhas na infraestrutura. De Capitão Enéas a São João da Ponte, e eu vou contar com o nosso deputado Ricardo, com a nossa deputada Leninha, com os deputados Gil Pereira, Arlen Santiago, todos os deputados norte-mineiros e todos aqui do Parlamento, para que vocês nos ajudem a garantir os recursos. As pontes sobre o Rio São Francisco, as pontes necessárias para o desenvolvimento de uma região que carece. Temos produtos abundantes, mas necessitamos da oportunidade de negociá-los. Ainda quero promover um mandato participativo, ouvindo e atendendo as associações, as cooperativas, os vereadores, os prefeitos, todas as pessoas e a sociedade civil mineira, para que a gente possa atuar e trabalhar em todas as secretarias.

Queridos amigos, é com muito orgulho que fiz uma campanha pé no chão de verdade. Eu tenho dois prefeitos na minha base, mas inúmeros presidentes de associação e inúmeros cidadãos que acreditaram no nosso potencial de aqui representá-los com

forças, com unhas e dentes. E assim eu quero ressaltar todas as cidades que necessitam de um apoio especial na formação, na empregabilidade, na geração de emprego e renda, e é lógico, no desenvolvimento econômico-social de Monte Azul, das ACEs e dos CDLs de todas as cidades – Espinosa, Rio Pardo de Minas, Taiobeiras, Salinas, Janaúba, Porteirinha, Montes Claros e todas as sociedades rurais. Todas as cidades têm associação dos agricultores familiares, todas as cidades têm sindicatos rurais e ainda dependem do nosso apoio, todos os conselhos maçônicos da Serra Geral têm nos buscado para que possamos atender às demandas.

Quero ainda aqui chamar a atenção para a Associação Central dos Fruticultores do Extremo Norte de Minas – Abanorte –, uma grande associação com 2.500 fruticultores que, de forma muito especial, tem produzido e negociado toda essa produção entre o projeto Gorutuba e o projeto Jaíba. Nós merecemos uma atuação especial. Dentre as minhas defesas aos nossos agricultores familiares existem dois programas: um, nós precisamos, juntos, criar um centro de distribuição e comercialização na cidade de Janaúba, porque, na verdade, todas as cidades do extremo norte consomem frutas, verduras e legumes produzidos por nós, mas eles vêm ao Ceesa de Belo Horizonte e retornam o produto mais caro para o nosso povo. É uma defesa especial minha e, como empreendedor que sou, entendo que nós merecemos essa oportunidade.

Gostaria de continuar colocando ainda todos os esforços necessários para os atendimentos especiais às associações que precisam de ajuda. Por exemplo, ao perfurar um poço artesiano, nós precisamos da energia fotovoltaica para poder equipá-los. Nossa região também precisa de vários atendimentos, sobretudo na regularização fundiária. Para vocês terem ideia, o passo a passo de regularizar uma escritura hoje, a fim de dar a posse a qualquer agricultor familiar, leva de mais de 10 anos. É uma etapa muito grande, e acredito que muitos que entram com o pedido nem conseguem ver a cor dessa escritura. Sendo assim, irei defender um escritório localizado entre Janaúba e Montes Claros para atender todas as cidades.

Quero agradecer aqui a atenção de todos vocês. O meu muito obrigado e uma boa-tarde a todos.

O deputado Leleco Pimentel – A nossa saudação às companheiras e aos companheiros. Faço isso com muita alegria na semana em que o nosso Partido dos Trabalhadores – Beatriz, Doutor Jean, Marquinhos – completa seus 43 anos de fundação. É claro que, como todo processo histórico e revolucionário, uma data não significa um evento, mas significa um processo histórico. E a gente tem a alegria de chegar à Assembleia Legislativa de Minas Gerais em nome do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras.

Quero cumprimentar a nossa vice-presidente da Assembleia Legislativa. Faço questão de chamá-la assim em homenagem a nossa também presidenta da República, Dilma Rousseff, por isso a gratidão de tê-la aqui nesta sessão, onde peço a cada um e a cada uma a atenção para que a gente possa também se apresentar. Muitos de nós chegam aqui com muita bagagem e experiência, mas não mais experiência do que a que vocês já carregam aqui na Casa. Portanto, teremos, com o mesmo respeito, a vontade. Que vocês tenham também o cuidado para que a gente possa fazer um bom trabalho e engrandecer ainda mais o nome da Assembleia Legislativa de Minas.

Gostaria de registrar, presidenta, que eu sou Leleco Pimentel e nasci no mesmo dia em que nasceu o PT, com um ano a menos. Completo, na próxima sexta-feira, 42 anos e tenho a alegria de poder dizer que sou de muitos lugares. Sou nascido em Guaraciaba, mas a minha vida e a minha militância se deram na cidade de Ouro Preto. Quero aproveitar este momento também para parabenizar o prefeito Ângelo Oswald, que faz parte da nossa Federação Brasil da Esperança, pela eleição como presidente da Associação das Cidades Históricas de Minas. Fiz questão de registrar esta nossa fala no Requerimento nº 116/2023 e peço que conste na ata que manifestamos a nossa alegria e os nossos compromissos nesta Casa.

É com imenso prazer, honraria e senso de responsabilidade que tomo posse hoje como deputado estadual na 20ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Atuar no sentido da elaboração da legislação mineira, fiscalizar as ações dos Poderes Executivo e Judiciário do Estado, além de elaborar proposições de programas a serem implementados em benefício do nosso povo, é honroso. Assumimos o compromisso de atuar nos limites dos ditames constitucionais e legais, mas de trabalhar para que as

leis e os programas governamentais beneficiem o povo trabalhador, e não uma pequena parcela que sempre se utilizou do Estado para seus interesses particulares.

Quero agradecer inicialmente a Deus e fazer aqui uma menção distintiva de quem foi em grande parte responsável por minha formação pessoal e trajetória de vida até aqui. Destaco, nesse particular, algumas poucas pessoas, e nelas projeto e estendo a todas que de algum modo contribuíram para moldar a minha história e orientar o caminho no sentido de servir ao povo e, em particular, aos trabalhadores e de lutar para que a vida de todos seja melhor, resgatando o imenso déficit de direitos a que o povo sofrido se viu obrigado durante toda a história de nosso país e do mundo.

Reverencio e destaco pessoas como o meu pai, falecido há pouco mais de três meses, Francisco de Vital de Freitas, cuja bondade, desprendimento e veia musical me inspiraram e moldaram meu perfil cultural, artístico e apaixonado pelas pessoas, principalmente pelos mais humildes; a minha tia Tereza, que está hospitalizada há 20 dias no Hospital Santa Casa de Ouro Preto, que, na dureza da vida pobre de uma lavadeira da periferia de Ouro Preto, me criou e forjou em mim a abnegação, o trabalho e a determinação de caráter; meu tio, primo, irmão João Cândido de Freitas, ex-secretário de Educação de Ouro Preto, educador, líder comunitário, referência de altivez, seriedade e compromisso com a família; o arcebispo D. Luciano, que fiz questão de mencionar durante o nosso juramento, a quem devo o privilégio de ter sido aprendiz e de ter tido acesso aos elementos acadêmicos e à prática de análise sociológica, filosófica e de evangelização cristã, e de entender como a divisão da sociedade entre os que tem tudo e aqueles que trabalham muito para ter pouco ou quase nada resulta na perversidade, desigualdade, violência, fome e deterioração da vida, mas que o amor ao próximo é a maior forma de luta contra esse estado de coisas; meu filho Miguel, que fiz questão de trazer; minha esposa Mônica, que me obriga também a me esforçar pela serenidade e senso de responsabilidade com a continuidade da vida e legado construtivo nessa descendência.

Quero agradecer ao deputado federal Padre João, companheiro de inúmeras jornadas no campo social e institucional, em nome de quem reverencio todos os militantes do Partido dos Trabalhadores, da Federação Brasil da Esperança PT-PV-PCdoB e da federação que contempla também o Bloco Psol-Rede, e, por último, mas não menos importante, quero agradecer à nossa Assembleia Legislativa.

Por isso mesmo eu quero dizer da importância desses tempos de construção para todos os parlamentares eleitos pelo Partido dos Trabalhadores e quero lembrar da forma como cativamos e pudemos também lutar nesses tempos em que o nosso partido e a sociedade brasileira foram tristemente violentados da forma como repudiamos, sobretudo no dia 8 de janeiro. Quero referenciar aqui também um projeto de lei da deputada Beatriz para que tenhamos esse dia como um dia de luta pela democracia. Em breve, com certeza, todos irão assinar, porque, nesse ambiente democrático, não há outra razão de se fazer.

Ao virar também um capítulo de regressão econômica e social da nossa história e ter suplantado o surto incivilizatório interno que, aliado à pária ultradireitista e autoritária internacional, caracterizou o mandato presidencial no período de 2019 a 2022 no Brasil, afirmo que temos muito a fazer para resgatar o nosso país do fosso institucional e político de que ele foi acometido. E o Estado de Minas Gerais tem um papel central nessa necessária mobilização nacional em direção a isso. É triste ver que pessoas do nosso estado contribuíram de forma direta para os ataques à democracia brasileira, principalmente no dia 8 de janeiro de 2023, e que muitas instituições mineiras se mantiveram indiferentes ou com medidas tímidas nesse enfrentamento de bens tão preciosos para o nosso bem-viver, que são as instituições democráticas.

A tarefa de resgatar os rumos do desenvolvimento econômico e social não pode ser travestida em venda de ilusões ao povo mineiro. A redenção de Minas e do Brasil não pode se dar repetindo equívocos ocorridos no ciclo político anterior. No último mandato, o atual governador de Minas Gerais desconheceu que há uma desestruturação geral do Estado que remonta há mais de 30 anos e que necessita ser alterada.

Minas é um estado que não se reorganizou para renovar a estrutura institucional com racionalização das despesas e ampliação das receitas estaduais. Nas décadas de 1980 e 1990, constituir dívida sem critério, utilizar-se de bancos mineiros para financiamento diverso do papel de indutor do desenvolvimento que eles deveriam ter, surfar na inflação desmedida que proporcionava aos governos gerar receita artificialmente, com medidas de descumprimento de compromissos financeiros fizeram com que o Estado, quando essas ações negativas já não eram mais possíveis, chegasse à realidade falimentar. Isso tem que ser enfrentado com planejamento, boa gestão, austeridade, transparência, criatividade e parcerias e construção coletiva, com a participação direta do povo mineiro na busca das soluções.

A relação promíscua com agentes econômicos, que literalmente sugam as riquezas naturais e sociais deste nosso estado, maximizam os lucros, exploram os trabalhadores e não devolvem em benefícios diretos ou indiretos os seus resultados, tem levado o Estado à insolvência. Como sempre dissemos, a mineração mata, degrada, exclui, leva riqueza e deixa para trás também muita pobreza. Essa realidade não foi diferente no mandato do governador Zema; ao contrário, as políticas públicas apresentadas à sociedade mineira foram pífiás. Não se apresentou solução para o endividamento, a não ser sucumbir a um Plano de Recuperação Fiscal impossível de se cumprir e que retira uma das prerrogativas básicas do sistema federativo, ou seja, a autonomia orçamentária e administrativa para buscar as soluções no próprio estado.

Infelizmente, o atual governador prometeu o que não tinha condições de cumprir, visto que, diante da debilidade do Estado, não apontou um plano para sua superação. Optou por surfar politicamente nas migalhas indenizatórias que a Vale repassou ao Estado, em detrimento do sofrimento das famílias enlutadas de Brumadinho e também de Mariana. Utilizou esses recursos para desenvolver ações de pirotecnia administrativa e distribuiu parte dos valores aos municípios, sem qualquer contrapartida em investimentos sociais nos seus territórios.

Até o momento, não tivemos acesso a nenhum relatório de aplicação desses recursos de Brumadinho. No Estado também não se desenvolveu nem uma política social significativa, não se cumpriu o mínimo constitucional com investimento em saúde, não se cumpriu a lei que destina parte dos recursos do ICMS para a habitação popular, não se cumpriu a lei do piso salarial dos professores, não se ampliou a participação popular nas políticas públicas.

Não podemos esquecer que, na pandemia, a atuação do governo se aproximou de zero, ou não: podemos afirmar que foi abaixo de zero, visto que as iniciativas mostraram a total ausência de planejamento dos recursos de que o Estado dispunha, visto que foram gastos valores vultosos para construir um imenso hospital de campanha em Belo Horizonte, que não recuperou uma vida sequer da covid-19. Afirmando preliminarmente que pedirei informações detalhadas às autoridades estaduais quanto aos gastos desse fatídico hospital de campanha. Os governadores e prefeitos de várias partes do país realizaram campanhas, destinaram recursos diretamente para o enfrentamento da tragédia pelas famílias e até mobilizaram para produzir ou adquirir externamente as vacinas de que o povo precisava, enquanto o presidente da República se negava a isso ou atravessava a sua aquisição. O governo de Minas, que assumiu apenas a simplória função de distribuir vacinas vindas de Brasília, ainda se deixou levar pelos privilégios e literalmente furou a fila para favorecer e vacinar apaniguados e pessoas diretamente ligadas à administração estadual.

Conforme afirmado, o projeto em defesa do Estado e do povo mineiro intitulado Juntos para Servir, que reúne os dois mandatos parlamentares, meu e do Padre João, eleito deputado federal, significa também o aperfeiçoamento dos recursos públicos para melhor servir ao povo a partir das dimensões federal e estadual dos Parlamentos brasileiro e mineiro. Mas não se inicia nesse momento. A posse, aqui nesta Casa legislativa estadual deste que aqui fala para vocês e do deputado federal Padre João, em Brasília, no mesmo dia, resultou de uma construção coletiva e participativa que não é de agora. Há um projeto intitulado e que nós teremos alegria em levar à frente, com a participação de cada um e de cada uma.

Tenho buscado construir relações, em que pese a divergência de opiniões – a gente respeita as pessoas e as opiniões –, e é por isso mesmo, Macaé, que fiz questão de registrar essa nossa presença sob a presidência da nossa querida companheira deputada

Leninha e agradecer a todos que nos ouviram para que a gente faça dessa 20ª Legislatura um lugar de reconstrução do Estado e não das fake news e das mentiras nesse tom moderado que aqui veio pela boca do governador no dia da posse. Nós não acreditamos que alguém que não governou este estado, a não ser para os seus apadrinhados, vá fazer diferente. Por isso, faremos oposição aos projetos que beneficiam a elite e teremos o prazer de construir política para os mais pobres.

Muito obrigado a todos e a todas e que a gente se respeite, mas enfrentando os problemas mais sérios do Estado. Fico agradecido. Agradeço ao Partido dos Trabalhadores e a todos os parlamentares, que eu respeito pelos votos que tiveram e que estão aqui nesta Casa.

O deputado Adriano Alvarenga – Meus sinceros cumprimentos à nossa 1ª-vice-presidente da Casa, nossa amiga Leninha; ao nosso 1º-secretário, esse irmão que a vida me deu, Antonio Carlos Arantes; aos demais amigos deputados e deputadas; senhoras e senhores que nos acompanham por meio da TV Assembleia, das redes oficiais desta casa. Muito boa tarde.

Sinto-me honrado e muito feliz pela oportunidade de ocupar esta tribuna pela primeira vez. Seria impossível mencionar agora, em poucos minutos, tantas pessoas que me possibilitaram estar aqui, mas quero agradecer ao meu pai José Antônio, à minha saudosa e eterna mãe Vera, à minha esposa Ana, aos meus filhos Vitória e José, aos meus irmãos Alexandre e André, aos demais familiares, amigos e principalmente a todos os meus eleitores, pois sem vocês nada seria possível.

Durante toda a minha trajetória de vida, sempre via a política como uma ferramenta social capaz de transformar vidas. Fui vice-prefeito, prefeito por dois mandatos da minha amada Rio Casca, presidente do Cisamapi, consórcio de saúde, e presidente do Cimvalpi. Fizemos muito, e foram essas minhas experiências e avanços que me conduziram até aqui.

Eu sei o quanto a população das cidades e regiões necessitam de políticas públicas que promovam o desenvolvimento e o bem-estar. Trabalharei incansavelmente nesta Casa para que os nossos municípios ofereçam aos seus moradores atendimento de saúde de qualidade, infraestrutura, saneamento básico, geração de renda, educação e segurança. Também lutarei por melhores condições das nossas estradas mineiras, pelo apoio e fortalecimento do agronegócio e por mais autonomia para os nossos municípios. Afinal, como municipalista que sou, sei que a força de Minas vem da população dos nossos 853 municípios. Esta é a minha obrigação: lutar para que todos tenham qualidade de vida, principalmente para aquelas pessoas que mais necessitam, e é por isso que estou aqui.

Aos meus colegas deputados e deputadas, proponho que possamos formar o bloco da família mineira, o bloco do desenvolvimento de Minas, que possamos trabalhar em harmonia, compreensão, comprometimento, amor, respeitando a ideologia e as demais pautas de cada um e ter essa união, pois estamos aqui para representar juntos 22 milhões de mineiros e mineiras. Amigos e amigas parlamentares, assim como todos os servidores desta Casa, tenham-me como parceiro leal de primeira hora.

Neste primeiro pronunciamento, quero denunciar o descaso do Dnit com a nossa BR-262, que já vem há mais de cinco anos, principalmente entre os Municípios de João Monlevade e Martins Soares, cerca de 195km, com estradas repletas de buracos, crateras, colocando as nossas famílias em risco. E os nossos enfermos? O transporte dos pacientes em ambulâncias, que, na maioria das vezes, precisam de agilidade, está sendo prejudicado.

E não é só isso: a economia da nossa região também está sendo afetada em cheio, e, nos próximos anos, o movimento cairá porque as pessoas sabem que vão tomar prejuízo passando por lá. Já fizemos várias reivindicações ao Dnit, mandamos ofícios, promovemos reuniões, videoconferências, mas sempre ficam na promessa de que estão fazendo projetos e que vão resolver. Até manifestação pacífica com fechamento da via já fizemos, e o Dnit insiste na operação tapa-buraco. A BR-262 precisa de recapeamento, e não adianta ficar tapando buraco. Tapam de dia, à noite chove, e no outro dia o buraco já se abriu novamente. Já estou em contato com o Ministério de Infraestrutura de Brasília, e vamos começar a nos movimentar ainda mais. Chega de desrespeito! Já virou a BR dos buracos.

Reitero o meu compromisso com o povo mineiro e convido a todos a trazer suas reivindicações ao meu gabinete, nº 240, Palácio da Inconfidência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Este mandato é nosso.

Obrigado, pessoal, pela oportunidade. Quero muito aqui fazer políticas de união, de comprometimento e principalmente de amor aos mineiros e mineiras. Sou filho de produtor rural, sou amante dessa atividade, e nós, produtores, temos não só que ser reconhecidos na hora em que a gente está lá fazendo as primeiras refeições do dia, como o café da manhã, como o almoço, como a janta, mas ser reconhecidos de fato como homens e mulheres que trabalham e levam o sustento a várias famílias, a vários mineiros e mineiras.

Quero, junto com vocês, construir uma nova história neste Parlamento. Nós, mais do que nunca, precisamos nos manter unidos. Minas Gerais precisa dessa união, Minas Gerais precisa do nosso Parlamento. É isso que estamos aqui para fazer. Todas as pessoas que foram às urnas e digitaram o nosso número... Foram mais de 1.680 pessoas que quiseram estar nessa condição que estamos aqui hoje. Deus e o povo mineiro escolheram só 77 pessoas para estarem aqui representando, na Assembleia Legislativa. Eu devo a Deus essa honra de estar aqui.

Então convoco todos vocês. Que a união e a soberania desta Casa permaneçam intactas, que a nossa lealdade para com o nosso povo mineiro supere qualquer coisa, qualquer ideologia, qualquer desavença e que, sim, haja o bem-estar do nosso povo. Agradeço aos colegas que me receberam, de antemão, com todo o carinho, com todo o amor. Temos a honra de ter como nossa 1ª vice-presidente uma mulher. Tenho muita honra, Leninha. A minha vice-prefeita, que é a nossa atual prefeita, é uma mulher também. Então ter você na Mesa, ter uma pessoa como o Arantes, ter um presidente como o Tadeu e ter colegas maravilhosos como todos vocês que aqui estão é uma honra. Muito obrigado por me dar esta oportunidade de fazer parte da história de vocês. Pode ter certeza de que a nossa história será pautada na lealdade, no comprometimento e, principalmente, a favor de Minas e dos mineiros. Deus abençoe! A Deus toda honra e toda glória! Deus seja louvado!

A deputada Lohanna – Boa tarde a todos; boa tarde, nossa presidenta Leninha, que nos representa hoje com muito orgulho presidindo esta reunião. Leninha, como mulher – e fui vereadora –, agora como deputada, como cidadã, você me orgulha muito de estar sentada nessa cadeira. Deixo o meu abraço também ao nosso presidente Tadeu Leite e a todos os membros da Mesa, que foram eleitos por nós, representantes legítimos do povo mineiro. Também quero cumprimentar todos os servidores e servidoras desta Casa que nos receberam tão bem e com tanto acolhimento. Para um deputado e uma deputada de primeiro mandato, isso é muito importante. Então fica o meu agradecimento a todos vocês. Também quero cumprimentar todos os assessores que estão presentes nesta Casa ocupando cargos que são intrinsecamente de confiança e técnicos, em tantas versões diferentes. Então, para todos nós que confiamos a vocês esse trabalho o meu boa-tarde e a certeza de que vocês vão trabalhar muito, junto aos seus deputados e à minha equipe também, pelo povo mineiro.

Eu acredito, gente, que, em certa medida, são previsíveis as palavras de um primeiro pronunciamento de uma deputada de primeiro mandato. Nesse aspecto, eu nem pretendo fazer tão diferente assim, porque o óbvio e o clichê existem por um motivo, existem porque funcionam. Então estou aqui hoje para trazer o meu agradecimento, ou seja, o meu agradecimento, a minha saudação, um pouquinho da nossa história e dos nossos propósitos. É com uma alegria muito sincera que, nesta nossa primeira fala na tribuna, cumprimento todos vocês. Peço aos mais experientes que nos ensinem com sua sabedoria valiosa e o quanto for possível se abram ao novo. Aos iniciantes de primeiro mandato como eu, mesmo que já tenham ocupado cargos no Executivo ou ocupado câmaras municipais, eu peço que consigamos ouvir as vozes da experiência e possamos nos juntar, juntar a nossa própria voz ao coro da boa política para que ela continue a ser renovada por novos timbres de representação. É desse movimento, gente, entre o velho e o novo, que, desde sempre, foi tão peculiar à boa política de Minas, que espero ver surgir um tempo produtivo para a sociedade mineira.

Nesse sentido, cara presidenta, eu quero dizer que, quando pisei pela primeira vez neste Plenário, neste imenso Plenário como deputada eleita, pensei na grandiosidade da missão que os mineiros e as mineiras confiaram a cada um de nós. Mas eu também não pude deixar de observar como o ambiente estava limpo, organizado e tecnicamente, em cada mínimo detalhe, preparado. Então eu peço licença para saudar também todos os trabalhadores desta Casa que varrem o chão que nós pisamos, que fazem a manutenção dos

equipamentos que estamos usando, que conservam limpos os banheiros, que tornam seguros os corredores e demais espaços legislativos com seu zelo, sua vigilância e seu cuidado. Todos esses trabalhadores, antes de servir a um órgão do Estado, são servidores da democracia, por isso julgo importante prestar aqui a minha homenagem inicial.

Além de trazer a minha saudação, presidenta, quero também agradecer. É impossível não agradecer a Deus, de onde veio a nossa sabedoria, a nossa vida, a nossa saúde e a quem devo a minha existência e a minha formação. Quero também agradecer aos nossos amigos pelo apoio e suporte constantes e inabaláveis, assim como a cada um e a cada uma dos 67 mil eleitores, em 748 municípios mineiros, que desejaram que eu estivesse aqui, hoje, como representante deles. Muitos desses eleitores e eleitoras sequer, antes, conheciam muito daquela jovem que, tendo crescido em Itaúna, iniciou a sua vida pública em Divinópolis, dividindo-se entre o trabalho como professora e a atuação no movimento social, nos movimentos estudantis e que, depois, se tornou a vereadora eleita mais votada, na legislatura 2020-2023, com 5.462 votos. Elas e eles confiaram a mim o seu voto, acreditando na nossa campanha feita com ideias e propostas, sem padrinhos poderosos e milionários e sem vultosos recursos. Eu e a minha equipe pretendemos honrar essa confiança em tudo com o melhor dos nossos esforços.

Diante dessas eleitoras e desses eleitores, de toda a sociedade mineira, eu não tenho nenhum constrangimento em dizer agora que, sendo jovem, o que posso trazer para esta Casa, além da energia e da disposição, é principalmente consciência e mãos limpas. São a consciência e as mãos limpas de quem entrou na câmara de Divinópolis dois anos atrás e, de lá, saiu de cabeça erguida, após dois anos de muito trabalho, para começar o mandato nesta Casa.

O que posso trazer ainda é a vontade de aprender tudo o que puder para ser aprendido, inclusive com a experiência dos colegas deputados e deputadas, e a disposição de trabalhar o máximo possível e não desanimar, por nenhum segundo, diante da missão honrosa, mas também cansativa, que é legislar, fiscalizar e representar o povo. Eu venho, cara presidenta e colegas, de uma variância feita com o ardor e o entusiasmo da juventude, que espero ser possível conservar aqui.

Venho de um esforço e de uma luta política que naturalmente me indicaram os caminhos para o mandato que agora exerço nesta nossa 20ª Legislatura. Esse caminho é feito das pautas do meio ambiente, principal bandeira definidora do meu partido, o Partido Verde, ao qual também agradeço, na pessoa dos nossos colegas deputados do PV e do presidente Osvander, pela corrida generosa e pelo suporte amigo; assim como venho das lutas pela educação pública gratuita e de qualidade, pela cultura e pela defesa da cidadania e dos direitos humanos, pautas tão importantes, que todos nós sabemos foram tão agredidas nos últimos anos. Não tenho dúvida de que a tarefa coletiva que nos espera é grande, como grande foi a da legislatura que alguns de vocês acabaram de encerrar, na qual, entre muitas iniciativas decisivas, foram produzidos o Assembleia Fiscaliza, a consolidação do sistema de emendas impositivas e muito mais, um trabalho robusto de fiscalização do governo de Minas. Estou convencida de que momentos de igual importância nos esperam agora e que nós, mulheres e homens da 20ª Legislatura, devemos aproveitar o momento sendo cidadãos e cidadãs de tempo inteiro, que, no dizer de Ulysses Guimarães, sacrificam, às vezes, o seu tempo, mas são recompensados, porque servem à sociedade e projetam os seus esforços na eternidade.

Nesse sentido, presidenta, é com a ousadia, às vezes, romântica dos jovens, e com o otimismo, às vezes, inflado dos iniciantes que eu peço licença para, mais uma vez, com ousadia construtiva e respeitosa, fazer uma leitura pessoal sobre o momento vivido nesta Casa.

Enquanto corpo político, o Parlamento mineiro vem de quatro anos de contraposição contundente e, às vezes, polêmica de propostas entre os blocos do Plenário e a maioria do Legislativo e do Executivo. Sendo assim, eu gostaria sinceramente de render a minha homenagem ao grupo progressista dos partidos PV, PCdoB, PT, Rede, Psol e a todos os companheiros parlamentares que podem não estar nesses partidos, mas se encaixam e se encontram nas nossas bandeiras. Eu me incluo nesse grupo e quero saudar todos vocês da última legislatura na figura do ex-deputado André Quintão, que foi uma referência do trabalho nesta Casa, liderando com justiça e fazendo um bom trabalho à altura do que a Assembleia esperava.



Também deixo o meu cumprimento ao bloco de sustentação do governo desta Casa, e o faço na pessoa do colega Roberto Andrade, que agora há pouco nos deu uma demonstração da sua nobreza ao colocar o interesse público acima dos seus interesses pessoais na disputa da presidência desta Casa, construindo a muitas mãos essa candidatura coletiva, que permitiu a eleição do nosso presidente Tadeuzinho, garantindo à Assembleia o seu papel ativo e independente de fiscalização. Afinal, é isso que o povo mineiro merece.

No mesmo tom, Sra. Presidente, saúdo aqui os membros do Grupo Independente, nas pessoas do presidente Tadeuzinho, do Cássio Soares e de vários outros parlamentares que atuaram de forma consistente na moderação, no diálogo e no pragmatismo ético da vida política mineira. Chego mesmo a pensar, colegas, que, dada a conjuntura política partidária, não haveria mesmo de ser outro o presidente senão o membro do Grupo Independente, capaz de fazer a ponte entre os dois blocos desta Casa, com uma distância que fale com altivez e com voz serena, sóbria e clara, segundo a expressão histórica que os mineiros merecem.

Com a mesma ousadia e com o mesmo otimismo de jovem recém-chegada à Casa, mas com o senso de realidade de quem já experimentou alguns embates e reveses na vida pública, ousou dizer aos colegas que me ponho entre aqueles que julgam ser possível tentar estabelecer uma pauta mínima de consenso capaz de por em movimento algumas iniciativas produtivas, e capaz de marcar também as divergências em relação ao ponto em que o entendimento é mais difícil. Não vamos, por certo, concordar em tudo, como é natural da vida pública, mas podemos dissentir, sem agredir, e nos contrapor, sem provocar, como convém a melhor prática política cultivada em Minas desde sempre. Há que se preservar a boa convivência mesmo na divergência, caros colegas de Plenário, pois, como já dizia Juscelino, ícone imortal da política, manter a paz é mais trabalhoso do que fazer a guerra, mas, como sabemos, é também a única atitude realmente construtiva.

Aos colegas da oposição, com quem partilho várias bandeiras progressistas e os ideais da esquerda, gostaria de dizer que, entendendo ser necessário, com o nosso protagonismo, mais do que nunca, construímos um programa coletivamente, um programa capaz de unir as diferentes matizes de progressismo que temos e, ao mesmo tempo, de nos apontar os princípios e bases a respeito dos quais não podemos transigir. Se sabemos o que é essencial, por certo é muito mais fácil identificar o que podemos e o que não podemos negociar.

Nessa perspectiva, tenho pensado na conveniência e na oportunidade de esta Casa trabalhar no que chama de uma Agenda 21, um 21 que é do século em que nos encontramos, mas que também é do nosso simbólico 21 de abril. Por que não, cara presidenta, sob a condução justa e construtiva da senhora, do presidente Tadeuzinho, dos líderes partidários e de blocos... Por que não presentearmos o povo mineiro no próximo dia 21 de abril com uma Agenda 21 que se proponha a destravar, pela via do diálogo e da negociação republicana, o que pode e deve ser colocado em movimento em termos de trabalho legislativo? Será sonho de iniciante? É possível, mas eu ainda não vi boa política sendo feita sem sonho.

Naturalmente, prezada presidenta, não se sonha uma agenda política de destravamento e de progresso sem a participação do Executivo. Assim, tendo sido eleita para funções fiscalizadoras, como os demais colegas que aqui estão, eu me sinto no dever de dizer que do Exmo. Sr. governador espero não só o cumprimento das leis e princípios republicanos da administração pública, tal como estão no Pacto Constitucional de 1988, na Constituição do Estado, mas também o mais amplo respeito à política. Sim, já que o passar dos anos já deve ter provado ao governador que a antipolítica não constrói nada além de mandatários vazios. Governar, como acredito que S. Exa. está aprendendo desde o início do seu primeiro mandato como governador, é mais que fazer gestão administrativa, é sobretudo fazer política. E fazer política é missão digna e nobre de conversar, de ouvir, de falar, de concordar e discordar com respeito, sobretudo no diálogo com o povo e com os seus representantes eleitos, que somos nós, deputados e deputadas.

Assim, cara presidenta, prezados colegas, senhoras e senhores, amigos e amigas de Minas Gerais, tendo evocado os exemplos e ensinamentos de Tiradentes e de Juscelino aqui hoje, de Ulysses, quero encerrar pedindo por todos nós a proteção e a sabedoria necessária para um período de trabalho construtivo, porque é o trabalho que aproxima de nós aquilo que foi sonhado no

horizonte de possibilidades para Minas Gerais. E, como nos dizia Milton, ícone e símbolo de Minas Gerais, “os sonhos não envelhecem”, e eu ousaria acrescentar que também não deixam envelhecer aqueles que sonham. Muito obrigada a todos, e contém comigo para o nosso trabalho. (– Palmas.)

A deputada Lud Falcão – Boa tarde, boa tarde à nossa 1ª-vice-presidenta. Tenho muito orgulho de falar que depois de tantos anos temos uma mulher compondo a nossa Mesa e representando aqui o nosso presidente Tadeu Leite. A todos os deputados, a todos os servidores da Casa, aos amigos e amigas de Minas Gerais, meu muito boa tarde.

Antes de tudo, eu quero me apresentar hoje não como Lud Falcão, deputada eleita, mas como Ludimila Fonseca Azevedo Falcão. Acabei de ouvir o Hino do Galo aí e achei bacana. Falar quem a gente é nunca é uma tarefa fácil. Sou uma mulher simples, que valoriza muito o lugar de onde vem. Muitos me conhecem como primeira-dama, com esposa do prefeito de Patos de Minas, mas poucos conhecem as minhas origens, as minhas lutas e as minhas batalhas. Todos nós enfrentamos batalhas diárias, e acredito que são elas que moldam o nosso caráter e a nossa forma de enxergar a vida. Sou filha de militar e de uma linda dona de casa. Nasci em Guimarães, fui registrada em Patos de Minas e vivi a minha infância em Carmo do Paranaíba, cidade que carregou no peito e onde tenho as minhas marcas. São cidades em que vivi, em que vivo e em que viverei muitos momentos felizes da minha vida.

O meu pai me ensinou coisas importantes que eu levo para a minha vida por onde for, que é a caridade, a honestidade e fazer tudo na minha vida bem-feito. Coloco nas mãos de Deus e peço orientação, faço a minha parte com a maior excelência que posso. Meu papai, infelizmente, adoeceu, e eu compreendi ainda mais o valor da família. Eu, o meu irmão Gabriel e a minha mamãe sempre fomos muitos unidos. A D. Maria Helena me ensinou o valor do amor e também, com muita leveza, a cuidar das nossas vidas. Sempre digo que carregamos as heranças dos nossos antepassados. Aprendemos a valorizar a família e a criar raízes firmes e profundas, mas que não nos impedem de ter asas para voar e alcançar grandes voos, como sinto que faço agora. Acredito inquestionavelmente que a força de uma família bem estruturada é o pilar de uma sociedade mais forte, mais justa e com um futuro melhor pela frente. Eu sou mulher, eu sou mãe, eu sou esposa. E, quando decidi que seria candidata a deputada estadual, fiz isso pensando no que eu mais quero: o bem dos meus filhos, Dudu e Lucas. O que eu quero para eles é o que eu quero para todas as crianças. E, mesmo tendo consciência de que não posso mudar o mundo, estou aqui trabalhando para mudar parte dele.

Olhando para esta Casa Legislativa neste Plenário, para vocês, meus queridos amigos, posso dizer que estou extremamente feliz por ter a maior bancada feminina da história da Assembleia de Minas Gerais. Não tenho dúvida da força e da garra de cada uma que está aqui. Enfrentar uma eleição não é fácil, principalmente para nós, mulheres, que temos instinto maternal, de proteção. Colocar quem amamos em situação de vulnerabilidade para defender uma cidade, um estado ou um país não é tarefa fácil, mas mesmo assim nós colocamos o nosso nome à disposição e estamos aqui, hoje, defendendo o povo de Patos de Minas e de toda Minas Gerais.

Sou esposa do Luís Eduardo Falcão, que muitos de vocês podem conhecer como Falcão ou simplesmente como prefeito de Patos de Minas. Para ele eu falei o segundo “sim” da minha vida, que foi quando eu falei: “Sim, nós vamos caminhar para transformar o mundo através da política”. Foi quando ele decidiu ser candidato a prefeito de Patos de Minas. Muitos de vocês podem estar pensando: e o primeiro “sim”? O primeiro “sim” foi quando eu decidi me casar com um homem que é honrado, honesto e que está ao meu lado pensando nas pessoas.

Sou a 1ª mulher eleita deputada estadual do Alto Paranaíba e gosto de pensar que a minha história se mistura com a história da nossa região, um lugar forte, pujante e de um povo trabalhador, que merece ser representado com muita dignidade no Estado e por que não no País.

E quanta alegria e responsabilidade eu sinto! Afinal de contas, foram 59.381 votos de confiança, votos estes que eu farei questão de honrar todos os dias do meu mandato. Quem conhece o lugar de onde venho, Alto Paranaíba e Noroeste, sabe que temos, em nós, a força do agro, que nos ensina que há tempo de semear, há tempo de regar e há tempo de colher, e, para quem não sabe, nós

vamos agendar uma conversa. Essa força nos faz ter paciência, mas também nos mostra como enfrentar desafios e ter orgulho dos nossos feitos. São essas características que levei comigo como primeira-dama de Patos de Minas e que vou trazer para a Assembleia.

Chego com valores fortes, inquestionáveis e, digo mais, inegociáveis. Do mesmo modo sairei. Uma certeza que carrego comigo é que o que é bem e o que fazemos de bom para os outros retorna para nós, e, dessa forma, pauto o meu mandato trabalhando, de coração, para toda a nossa gente. Tenho hoje, ao meu lado, pessoas técnicas, uma equipe forte que trabalha pelo bem de Minas Gerais. Num curto espaço de tempo, elas foram capazes de ganhar a minha confiança, a minha admiração e a segurança de trazê-las para caminhar comigo, pois sei que elas trabalharão para o bem de nossa Minas Gerais. Um retrato disso é que, apenas nesta primeira semana de mandato, já pudemos protocolar seis projetos de lei, ideias boas e contundentes que vão ao encontro do que o povo espera de uma mandatária. E eu me comprometo a ser uma boa ouvinte da minha gente, analisando o que de fato posso fazer e onde atuar para fazer a diferença, abraçando, de todo o meu coração, as suas lutas, porque, como deputada estadual, sei que é minha obrigação servir ao povo mineiro e assim o farei.

Minas Gerais tem um povo forte e até um pouco desconfiado, eu diria. Dizem que toda empresa gosta de vir aqui e testar os seus produtos porque, mesmo com esse nosso jeitinho doce e amigo, somos exigentes, e não há como ser um representante de Minas sem carregar essa força e esse jeito do qual muito me orgulho. Como boa mineira que sou, é desse jeitinho que vou trabalhar, sendo exigente, mas, ao mesmo tempo, colocando o meu coração em tudo o que eu faço.

Hoje, caros colegas, tenho também a humildade de lhes dizer que tenho muito o que aprender, mas não falta boa vontade para isso. Então, certamente, conto com a parceria de cada um de vocês para que juntos possamos fazer a melhor legislatura da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Não a minha melhor legislatura, mas a nossa, uma página que entrará para a história mais honrosa desta Casa. E é com a mesma humildade que chego para aprender e que faço um lembrete importante a cada um de nós: não somos deputados, estamos deputados. Da mesma forma como estamos aqui, hoje, passaram por essas cadeiras e por esses corredores grandes nomes da nossa política, e aqui cito, como exemplo, as primeiras deputadas a ocupar um cargo neste Parlamento: em 1962, Maria José Nogueira Pena e Maria Nair Monteiro.

Por ocupar este lugar agora, gosto de me recordar do período da campanha, em que pude visitar todas as cidades da nossa região, estar em cada canto e bater de porta em porta para ouvir a nossa gente. Todos abriram para mim as portas de sua casa, e sempre com um cafezinho, o melhor de Minas Gerais, eu garanto. E do mesmo jeito nós vamos trabalhar aqui, na Assembleia: com as portas abertas do nosso gabinete, desde o primeiro dia até o último dia; com os ouvidos prontos para ouvir; com as mãos dispostas a trabalhar; e principalmente com os corações abertos para construir o Estado que queremos. Jamais esquecerei o meu povo e a minha gente, e é da nossa gente que esta Casa é feita.

Neste momento, gostaria de prestar uma referência ao trabalho dos servidores da Assembleia Legislativa. Em poucos dias de convivência e de trocas, pude ver, de perto, a dedicação de cada um de vocês. O trabalho que vocês prestaram para realizar a nossa posse foi excepcional. Parabéns! É daí que a Casa é reconhecida como sendo a Casa mais espetacular do nosso Brasil. A única coisa que levaremos daqui são os frutos do nosso trabalho e as relações que construímos. Que possamos, com as bênçãos de Deus, com o apoio daqueles que amamos e com os valores que carregamos, fazer sempre o melhor para o povo de Minas Gerais. Contem comigo. Muito prazer, eu sou Lud Falcão.

O deputado Bruno Engler (em aparte) – Primeiramente, quero parabenizar V. Exa. pela eleição e dar as boas-vindas aqui à Casa, não só a V. Exa. mas também a todo mundo que está chegando e já tem se manifestado, não só hoje como também na semana passada. Parabéns pela eleição e parabéns pelo discurso!

Eu quero aqui, de maneira muito breve, fazer um questionamento. Um deputado que antecedeu V. Exa. veio aqui falar do 8 de janeiro, falar da defesa da democracia, das instituições, e eu quero aqui deixar bem claro que ninguém, absolutamente ninguém, defende o vandalismo ou a depredação do patrimônio público que aconteceu em Brasília, mas eu acho no mínimo curioso que aquele

bandido que ocupa a Presidência da República, o Sr. Lula, tenha colocado sigilo nas imagens da destruição do Palácio do Planalto. Eu acho no mínimo curioso que a base do governo federal no Congresso não queira uma CPI para investigar o que aconteceu. Ora, se não há nada a esconder, vamos investigar. É muito bonitinho o discurso de que precisa ser apurado, de que precisa ser punido, de que a democracia precisa ser defendida quando, na verdade, lá, em Brasília, estão colocando as coisas debaixo do tapete. Ora, me enganem que eu gosto!

A deputada Macaé Evaristo – Gente, boa tarde. Senhoras e senhores, deputadas e deputados. Quero cumprimentar aqui também as servidoras e os servidores da Casa. Quero deixar aqui um axé especial para todos que nos acompanham de suas residências e dizer da minha alegria de estar aqui com a consciência de que a gente não chega aqui sozinho, de que a gente chega aqui com o trabalho de muitos e de muitas que nos antecederam. Já disse a Jurema Werneck, que é diretora executiva da Anistia Internacional no Brasil, que nossos passos vêm de longe, porque a nossa caminhada é coletiva, contínua, de muitos anos; indica que muitos homens e mulheres negras nos antecederam e que muitas outras e outros – esperamos – virão depois de nós. Então não chego sozinha, não estarei sozinha e, como bem diz a Maria Bethânia: “Eu não ando só”.

Nesse primeiro pronunciamento nesta Casa, eu quero reafirmar o meu compromisso com os trabalhadores e as trabalhadoras mineiras, o meu compromisso com a comunidade negra, com os povos indígenas, com as comunidades quilombolas, com a juventude negra, com as mulheres. A luta pela representatividade da população negra não é uma luta individual. Aqui, no dia do juramento, eu o fiz acompanhada da minha mãe Maria Antônia Cesário Evaristo e da minha mãe também ialorixá Carmem Holanda. No momento em que tomei posse nesta Casa, eu trouxe para a Assembleia Legislativa as minhas mães e eu vi também que muitos dos meus colegas aqui trouxeram seus filhos, seus amigos. Acredito que a gente tem muito a aprender, e é por isso que é preciso que toda comunidade aqui esteja: porque tem muito a nos ensinar. Nossas mães, nossas mais velhas têm muito a nos ensinar. Cada passo dado por essas matriarcas, no tempo delas, faz crescer em nós a certeza de que chegou o momento, o momento de este espaço institucional aprender com elas. Por que eu falo isso, deputado Adriano? Porque, se a gente for pensar na história da sociedade brasileira, muito poucas mulheres negras chegam a espaços como este. A nossa primeira parlamentar foi Antonieta de Barros, a primeira mulher negra eleita parlamentar. E nós demoramos muitos e muitos anos para que outra mulher negra pudesse adentrar este espaço. Então eu chego aqui numa felicidade tremenda porque eu não chego sozinha, eu chego também com outras iguais.

A minha alegria é ter a companheira Leninha, nossa vice-presidenta, que é a nossa presidenta da Assembleia Legislativa aqui, hoje, presidindo a Mesa. Eu tenho a Ana Paula, da Rede; eu tenho a Andréia de Jesus e tenho que lembrar que Minas Gerais fez um para-casa maravilhoso: elegeu a primeira parlamentar indígena para o Congresso Nacional, a deputada Célia Xakriabá; elegeu uma jovem negra, Dandara Tonantzin, para a Câmara Federal. Isso significa que este Parlamento cada vez mais, e a sociedade mineira entende isso, precisa ter a cara da nossa sociedade, precisa ter aqui dentro essa representatividade, a pluralidade de sujeitos, a pluralidade de identidades. O companheiro Leleco está me lembrando aqui que a minha colega na Câmara Municipal de Vereadores, que também foi eleita para a Câmara Federal, a deputada Duda Salabert, foi a primeira mulher trans eleita para a Câmara Federal. É isso que os mineiros e as mineiras estão nos dizendo. Nós somos diversos, nós somos plurais, e a Assembleia Legislativa e a Câmara Federal, como espaços da democracia, precisam se acostumar à nossa presença na paisagem.

É por isso que neste meu primeiro pronunciamento, quero aqui me solidarizar com a Andréia de Jesus, que foi atacada de uma maneira indelicada, violenta, aqui, neste Plenário, no dia 2 de fevereiro. É preciso a gente lembrar que no Estado Democrático de Direito, em especial, nesta Casa vocacionada aos debates, o respeito às ideias deve ser inegociável. Não podemos admitir a defesa da eliminação de opiniões divergentes no Parlamento, que é o local, por excelência, da pluralidade. Isto é o que dá, vamos dizer aqui, pujança à democracia: é a diversidade, a pluralidade de ideias, a pluralidade de sujeitos. E é isso que os mineiros e as mineiras querem. Então é por isso que os mineiros e as mineiras elegeram um projeto democrático com a cara do Brasil, que foi eleger o presidente Lula, um trabalhador, operário, metalúrgico, que não tem vergonha da sua origem, que, sim, reafirma sua origem para dizer

da necessidade de construirmos um Brasil sem fome, um país de dignidade para todas as pessoas, um país que elimine a injustiça social. É o que a gente quer fazer em Minas Gerais. É por isso que a gente está aqui. A gente tem aqui uma grande tarefa para Minas e para o Brasil: retomar a perspectiva do Estado Democrático de Direito e a ampliação das políticas sociais, reafirmando a Constituição de 1988, a nossa Constituição Cidadã. Os ataques à democracia, os ataques ao Estado Democrático de Direito só têm um sentido, só têm um sentido: beneficiar aqueles que querem se apropriar das riquezas deste país, beneficiar aqueles que acham que o orçamento público deve ser direcionado só para determinados grupos, aqueles que historicamente sempre estiveram nesses espaços. A gente está aqui para dar consequência às pessoas que deram voto na esperança, na pauta democrática e também dar consequência ao voto das pessoas que acreditam que o Estado tem uma função. Eu não defendo uma sociedade sem Estado, muito menos uma sociedade de Estado mínimo. O Estado existe. Ele existe para reduzir as desigualdades. Ele existe para defender os direitos daquelas pessoas que foram tornadas desiguais por uma construção política segregadora e de exclusão. O Estado existe para garantir os direitos, escritos na Constituição Federal, à população. Nós vamos trabalhar muito para garantir políticas sociais, para defender o Sistema Único de Saúde, para defender uma escola pública democrática de qualidade para todos, para defender uma política de assistência social, de segurança alimentar, de fomento à cultura. Quando eu falo de um Brasil mais justo, de uma Minas Gerais mais justa, estou falando de uma Minas Gerais de oportunidade e de acesso. Não há oportunidades, se não há investimento em políticas sociais que garantam a cidadania.

Na minha experiência como secretária de educação, tanto em Belo Horizonte como em Minas Gerais e no Ministério da Educação, instituí políticas para a inclusão, políticas de educação continuada para jovens e adultos, políticas em que o critério da diversidade era utilizado de forma afirmativa, para inscrever essas identidades no arcabouço dos direitos sociais, não para excluí-los ou para segregá-los. É por isso, gente, que eu, cada vez mais, entendo que a formação de cidadãos passa por uma educação embasada na diversidade, na convivência com a diferença e na pluralidade de pensamento. Nós estamos aqui para “escrever” a política, como nos chama a atenção Conceição Evaristo, quando diz que essas múltiplas identidades precisam construir uma outra narrativa, não só na literatura, mas uma outra narrativa mais justa para o Estado Brasileiro. Logo, a gente não fará isso se a gente não construir novas narrativas em Minas Gerais. Nossos passos seguirão. Evoco aqui os versos de Conceição Evaristo, porque as nossas mais velhas aqui nos trouxeram. Mas nós também queremos deixar aqui para as nossas filhas e para os nossos netos uma herança de uma sociedade mais justa. Por isso, eu vou retomar, aqui, o poema da Conceição Evaristo: “A voz de minha filha/ recolhe todas as nossas vozes/ recolhe em si/ as vozes mudas caladas,/ engasgadas nas gargantas./ A voz de minha filha/ recolhe em si/ a fala e o ato,/ o ontem – o hoje –, o agora./ Na voz de minha filha,/ se fará ouvir a ressonância,/ o eco da vida-liberdade”.

Eu tenho certeza de que a gente tem, neste Parlamento, muitos deputados e deputadas comprometidos com a justiça social, com uma sociedade digna. Eu tenho certeza de que mineiros e mineiras votaram para a construção de um Estado em que a dignidade seja a baliza que orienta a construção das políticas públicas. É por isso que eu vou trabalhar. Eu quero poder, aqui, fazer muitos diálogos, poder dialogar com os companheiros, para construir um Estado de Minas Gerais mais acolhedor, mais humano, mais digno para todo o nosso povo. (– Palmas.)

A deputada Andréia de Jesus (em aparte) – Obrigada. Serão 2 minutos. Eu quero parabenizar V. Exa. pelo discurso. Queria, aqui, reforçar, trazendo uma denúncia: a necessidade dos corpos negros nesta Casa para denunciar esse Estado que ainda é escravocrata.

Hoje, presidenta e colegas deputados, morreu um jovem de 20 anos, que caiu num forno de carvoaria. Ele foi morto pelo Estado, porque ficou cinco dias aguardando uma vaga de UTI e não foi atendido. Mesmo com decisão judicial, o Estado de Minas Gerais não atendeu o jovem que estava trabalhando na carvoaria, um jovem de 20 anos. Enquanto isso, o governador estava fazendo TikTok, pranchinha, tentando exibir uma falsa ideia de corpo sadio. No Estado de Minas Gerais, morreu um jovem que tinha futuro pela frente e o Estado negou-lhe esse direito, deixando-o morrer queimado, ao ficar cinco dias aguardando uma UTI. É muito grave.

Esta Casa precisa se posicionar, cobrar, para que isso não volte a acontecer. O nosso corpo está aqui para denunciar e fazer com que, de fato, haja justiça, que ainda não houve desde o dia 14/5/1888. Obrigada, presidenta. Obrigada, deputada.

## **2ª Parte (Ordem do Dia)**

### **1ª Fase**

#### **Abertura de Inscrições**

A presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### **Leitura de Comunicações**

– A seguir, o presidente dá ciência das comunicações apresentadas nesta reunião:

pela Federação Psol Rede, informando sua adesão ao bloco parlamentar que será constituído com a Federação Brasil da Esperança – FE Brasil (PT, PV e PCdoB);

pela Federação Brasil da Esperança – FE Brasil, informando sua adesão ao bloco parlamentar que será constituído com a Federação Psol Rede; e

pelo bloco constituído pelas Federações FE Brasil e Psol Rede, indicando o deputado Ulysses Gomes como líder do referido bloco (Ciente. Pulique-se.).

#### **Despacho de Requerimentos**

– A seguir, o presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento nº1/2023, do deputado Celinho Sintrocel, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.335/2018; e o Requerimento nº 86/2023, da deputada Alê Portela, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 713/2019.

#### **Encerramento**

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 8, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.



## **ORDEM DO DIA**

### **ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 9/2/2023, ÀS 14 HORAS**

#### **1ª Parte**

##### **1ª Fase (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### **2ª Fase (Grande Expediente)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

**2ª Fase****(Regimental)****3ª Fase**

Pareceres de redação final.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 8/2/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 4/2/2023, que nomeou Juvenil Francisco da Silva, padrão VL-17, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 1/2/2023, que nomeou Nivaldo Donizete Muniz, padrão VL-30, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dr. Maurício;

exonerando Amanda Rosa Silva de Oliveira, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta;

exonerando Genesco Aparecido de Oliveira Neto, padrão VL-54, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Betinho Pinto Coelho;

exonerando Geraldo Caetano de Matos, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ricardo Campos;

exonerando Rita de Cássia Aguilar, padrão VL-9, 4 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Alexandre Cravo Carvalho, padrão VL-17, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leonídio Bouças;

nomeando Arcílio Venâncio Ribeiro, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Valadares;

nomeando Carlos Eduardo Araujo Morato, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

nomeando Claudia Marcia Marques, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Cristiane Barroso Mourão, padrão VL-42, 8 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Cristina de Oliveira Luttembarck, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta;

nomeando Elizabeth Kallas, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

nomeando Felipe Alfredo do Espírito Santo Saraiva, padrão VL-56, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Felipe Marcos de Carvalho, padrão VL-31, 4 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Gabriella Soares Vieira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Genesco Aparecido de Oliveira Neto, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

nomeando Geraldo Caetano de Matos, padrão VL-56, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Hudson Botelho de Assis, padrão VL-31, 4 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Irã da Silva Cardoso, padrão VL-39, 8 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Ivo José da Silva, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ricardo Campos;

nomeando Jéssica Albuquerque Andrade, padrão VL-13, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leonídio

Bouças;

nomeando Jovelina de Matos Teixeira Vieira, padrão VL-56, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Maicon Jose Coelho Vieira, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ione Pinheiro;

nomeando Márcio Leite da Silva, padrão VL-27, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Maria Cláudia Machado de Assis, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Mariane Nunes Barbedo, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Carlos Henrique;

nomeando Normelia Clara de Souza Lopes, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ione Pinheiro;

nomeando Olivia Maria Batista Barbosa, padrão VL-17, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leonídio

Bouças;

nomeando Patrícia Reis de Sousa, padrão VL-44, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Rafael Silva David Miranda, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Rita de Cássia Aguilar, padrão VL-24, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cássio Soares;

nomeando Sueli Teixeira Gomes Miranda, padrão VL-47, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Valdeci Miguel da Silva, padrão VL-17, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

nomeando Vera Lúcia Galvão Pace, padrão VL-44, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Vera Pereira Sobrinho, padrão VL-29, 6 horas, com exercício na Presidência.